

Percepções de Inclusão: o que pensam e o que dizem os servidores de um Instituto Federal de Educação

Perceptions of inclusion: What do employees of a Federal Education Institute think and say

● Eliane Quincozes Porto¹
Lucinara Bastiani Corrêa²
Vantoir Brancher³

RESUMO

O presente artigo é resultado do projeto de pesquisa “As representações de Inclusão em um Instituto Federal de Educação do RS: repensando processos formativos”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Inicial e Continuada de Professores MAGMA. Olhamos para as questões sociais a partir dos pressupostos do imaginário social de Cornelius Castoriadis, com o seguinte problema de pesquisa: *Quais são as representações de inclusão instituídas nos servidores de um Instituto Federal de Ensino do Rio Grande do Sul e como estas representações têm repercutido nas ações, programas e projetos desenvolvidos na Instituição?* Como objetivo geral, buscamos conhecer as representações de inclusão instituídas entre os servidores de um Instituto Federal de Ensino do RS e perceber as possíveis repercussões delas nas ações, programas e projetos desenvolvidos na Instituição. Além disso, propomo-nos a conhecer os principais mitos existentes sobre inclusão nesse contexto de ensino; mapear contextos e temáticas que necessitam formação permanente com foco na inclusão nessa Instituição. Como recurso de produção de dados, utilizamos entrevista semiestruturada com perguntas abrangentes, sendo que trabalhamos com narrativas orais, por estar inserida num processo de valorização das falas dos colaboradores, dando voz aos mesmos. A análise dos dados foi realizada através da Análise de Conteúdo, sob os pressupostos de Bardin (2016). As categorias emergentes após esse processo foram: significações de inclusão e condições institucionais. Não esgotamos todas as possibilidades de discutirmos os dados produzidos em nossa pesquisa, porém, buscamos com este artigo problematizar uma realidade específica, mas provavelmente não única ou isolada, que reflete as significações imaginárias da sociedade na qual está inserido. Dessa forma, desejamos que este possa se tornar um texto que instigue a reflexão e com ela possibilite a mudança.

Palavras-chave: Imaginário Social. Inclusão. Instituto Federal.

1 eliane.porto@iffarroupilha.edu.br | Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja

2 lucinara.correa@iffarroupilha.edu.br | Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos

3 vantoir.brancher@iffarroupilha.edu.br | Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguarí

Percepções de Inclusão: o que pensam e o que dizem os servidores de um Instituto Federal de Educação

Perceptions of inclusion: What do employees of a Federal Education Institute think and say

ABSTRACT

This article is the result of the research project “The representations of Inclusion in a Federal Institute of Education of Rio Grande do Sul (RS): rethinking formative processes,” developed by the Group of Studies and Research in Initial and Continued Formation of Teachers MAGMA. We look at social issues from the assumptions of the social imaginary of Cornelius Castoriadis, with the following research problem: What are the representations of inclusion instituted in the employees of a Federal Institute of Education of RS and how these representations have had repercussions on the actions, programs, and projects developed by the Institution? As a general objective, we investigate to know the inclusion representations instituted among the employees of a Federal Institute of Education of RS and to perceive the possible repercussions of them in the actions, programs, and projects developed by the Institution. Besides, we sought to know the main myths about inclusion in this teaching context; Mapping contexts and themes that require permanent formation focused on inclusion in this Institution. As a data production resource, we use a semi-structured interview with comprehensive questions, and we worked with oral narratives since it is part of a process of valuing employees’ speeches, giving voice to them. Data analysis was performed through Content Analysis, under the assumptions of Bardin (2016). The emerging categories after this process were: meanings of inclusion and institutional conditions. We do not exhaust all possibilities of discussing the data produced in our research, but we seek with this article to problematize a particular reality, but probably not single or isolated, that reflects the imaginary significations of the society in which it is inserted. In this way, we want it to become a text that instigates reflection and with it enables change.

Keywords: Social Imaginary. Inclusion. Federal Institute.

1 Introdução

O presente artigo é resultado do projeto de pesquisa “As representações de Inclusão em um Instituto Federal de Educação do RS: repensando processos formativos”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Inicial e Continuada de Professores MAGMA, com financiamento da FAPERGS e do CNPQ¹. Sendo este fruto de um trabalho coletivo de um grupo de pesquisa e vários colaboradores, consideramos que se materializa aqui por nossas mãos, porém é possível a partir de muitas outras, por este motivo, somos gratos a todos e a todas os parceiros e as parceiras nesta caminhada. O projeto de pesquisa emergiu da inquietação frente ao fato de as políticas públicas garantirem percentuais específicos no que tange a vagas para ingresso de pessoas com deficiências e o que denomina de políticas afirmativas, e o que se pensa e o que se faz após o ingresso desses estudantes nas instituições de ensino. Consideramos premente e de relevância ímpar este estudo, em uma instituição pública de ensino, no intuito de contribuir com as políticas públicas desenvolvidas no referido lócus, bem como para fomentar ações de formação e extensão com a comunidade local e regional.

Olhamos para as questões sociais a partir dos pressupostos do imaginário social de Cornelius Castoriadis, o que nos leva a olhar para esta realidade específica, com o seguinte problema de pesquisa: **Quais são as representações de inclusão instituídas nos servidores de um Instituto Federal de Ensino do RS e como estas representações têm repercutido nas ações, programas e projetos desenvolvidos na Instituição?**

Como objetivo geral, propomo-nos a conhecer as representações de inclusão instituídas entre os servidores de um Instituto Federal de Ensino do RS e perceber as possíveis repercussões destas representações nas ações, programas e projetos desenvolvidos na Instituição. Por objetivos específicos, propomo-nos a investigar as representações instituídas sobre inclusão nessa Instituição; conhecer os principais mitos existentes sobre inclusão nesse contexto de ensino; mapear contextos e temáticas que necessitam formação permanente com foco na inclusão nessa Instituição.

A opção metodológica baseia-se em uma abordagem qualitativa, que busca, de acordo com Minayo (2001, p. 22)

[...] responder a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significações, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Em se tratando de uma pesquisa desenvolvida com pessoas, em um espaço de relações e composto por suas subjetividades, não poderíamos optar por outra abordagem de pesquisa. Da mesma forma, não buscamos estabelecer verdades, tampouco definirmos a nossa como a única forma de olhar para os dados produzidos. Antes disso, fazemos uma das leituras possíveis de tais dados a partir do nosso olhar, das nossas leituras, dos nossos entendimentos.

A população desta pesquisa é composta pelos servidores dos variados *campi* da Instituição, com uma amostra intencional de 10% dos servidores efetivos, a partir dos seguintes critérios de exclusão: a não aceitação em participar da entrevista e a não assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em persistindo amostra maior que do percentual pré-definido fez-se sorteio aleatório simples entre as variadas Diretorias de todos os *campi*. A Instituição investigada constitui-se por onze (11) *campi*, sendo que sete (7) deles foram investigados. Tendo em vista a riqueza dos

1 Maiores informações podem ser obtidas em <https://www.facebook.com/groups/1285761758104767/> ou em <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4078045978538383>

dados produzidos, optamos por trabalhá-los em um primeiro momento por unidades, identificando-as por números. Sendo assim, para este escrito, utilizamos os dados produzidos em um dos *campi*, mais especificamente no *campus* dois (2).

Como recurso de produção de dados, utilizamos entrevista semiestruturada com perguntas abrangentes, por estar inserida num processo de valorização das falas dos colaboradores, dando voz aos mesmos, sendo que trabalhamos com narrativas orais. Meihy (2002, p.37-38) aponta que nas entrevistas

[...] as perguntas devem ser amplas, sempre colocadas em grandes blocos, de forma indicativa dos grandes acontecimentos e na sequência cronológica da trajetória do entrevistado (...) os grandes blocos de perguntas devem ser divididos em três ou quatro partes, no máximo cinco. Quanto menos o entrevistador fala melhor.

Optamos por esta forma de produção de dados por entendermos que as entrevistas narrativas semiestruturadas são significativas em pelo menos dois sentidos: por um lado instiga o colaborador a refletir sobre questões que talvez não tenham sido elaboradas por si mesmo daquela maneira, possibilitando um processo autoformativo; por outro lado produzem um rico material de análise para nosso grupo de pesquisa que o olha a partir do imaginário social e se torna também instrumento de formação para os pesquisadores.

A análise dos dados foi realizada através da Análise de Conteúdo, sob os pressupostos de Bardin (2016, p. 48), que a designa como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Dessa forma, buscamos nas narrativas dos colaboradores da pesquisa as inferências relativas a suas representações de inclusão que estão além das palavras propriamente ditas na mensagem. Através dos elementos explícitos no narrado, podemos encontrar vestígios (implícitos) IP sobre o emissor, seu meio, suas crenças, seus conceitos, enfim, sobre quem ele é, o que pensa, baseado em que pensa dessa forma e do lugar de onde fala.

Optamos por utilizar a técnica de Análise de Conteúdo Categrorial Temática, a qual tem por objetivo “[...] a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem.” (BARDIN, 2016, p.52). Assim, buscamos as unidades de significações, os “núcleos de sentido” (BARDIN, p.135) que podem auxiliar na resolução dos objetivos desta pesquisa.

Após definirmos a forma de análise dos dados produzidos através das entrevistas, partimos para as fases de desenvolvimento, demarcadas por Bardin (2016), quais foram: pré-análise, no intuito de operacionalizar e sistematizar as ideias presentes nas narrativas, formulando hipóteses e indicadores que fundamentam a interpretação final; exploração do material; tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

As categorias emergentes após esse processo foram: significações de inclusão e condições institucionais. Salientamos que tais categorias dizem respeito ao nosso olhar para o material produzido e a partir dos nossos critérios de análise, sendo que por se tratar de uma pesquisa qualitativa, há a possibilidade de outras interpretações. Dito isto, partimos agora para a apresentação dos resultados de tais análises.

2 Significações de Inclusão

Tomamos como embasamento teórico para nosso estudo os escritos de Cornelius Castoriadis (1982, 2006, 2012) relativos ao imaginário social. Dessa forma, consideramos pertinente situarmos alguns entendimentos do autor sobre o homem, as significações sociais imaginárias e as instituições imaginárias que demarcam o olhar que buscamos lançar sobre as narrativas produzidas por nossos colaboradores.

No entendimento de Castoriadis (2006), a existência do homem se dá “na” e “pela” sociedade, sendo ele - o homem - um ser bio-psico-social. Biologicamente nasce inapto à vida tendo sua sobrevivência possível pela sociedade como *instituição*, a qual por sua vez é repleta de *significações*. Ao referir-se às instituições, fala de “um conjunto de ferramentas, da linguagem, dos métodos de fazer, das normas e dos valores” (Idem,p.64) que permeiam as relações e a vida em sociedade. Já as significações imaginárias que às constituem referem-se ao “tecido de sentidos que penetram na vida social, a dirigem e orientam: significações imaginárias sociais” (Ibidem,p.65).

Entendemos que a instituição, para esse autor, não é um lugar, mas sim o que permeia e constitui os diversos lugares e fazeres - as significações imaginárias - algo abstrato, não palpável, não determinável em seu princípio e/ou fim, simbólico (valores, crenças, linguagem) “porque não são racionais (construídas logicamente) nem reais (não derivam das coisas)” (Ibidem, p.66) - as quais nem sempre são sancionadas explicitamente, embora por vezes o sejam através das leis por exemplo.

Em outra base do tripé encontra-se a psique, que nas palavras de Castoriadis (2012)² é

[...] atributo natural do homem ou de uma natureza humana. Não são somente pulsões, porque as pulsões, em seu sentido vulgar, já estão nos mamíferos e em todos os animais, etc. Esta psique é essencialmente imaginação radical. É um fluxo que podemos comprovar em cada um de nós, um fluxo incessante de representações, de desejos, de afetos. Um fluxo que é amplamente imotivado, que pode estar condicionado por isto e por aquilo, mas que não é causado por isso ou por aquilo. Que pode ir de um sonho mais trivial e inocente até a invenção, a criação mais extraordinária.

Nesse sentido, a psique humana não segue uma lógica racional, porém é chamada à razão, pela linguagem, pelas normas, pelos valores e pela cultura, ao mesmo tempo que as cria, as produz, sendo que é fonte da capacidade criadora do homem, logo produtora das significações imaginárias. Castoriadis (2006, p. 66) considera que as significações são imaginárias porque “procedem da “imaginação”, não individual, mas do imaginário social - compartilhadas, compartilhadas, por esse coletivo anônimo, impessoal, que a sociedade também é a cada vez”.

Com isto, Castoriadis nos leva ao entendimento de que somos partes em um todo, mas carregamos o todo em nossas partes. Dito de outra forma, somos reflexo do “tecido de significações imaginárias” (Idem, p.67) da sociedade ao mesmo tempo em que somos indivíduos e o compomos. Dessa forma, podemos entender que a sociedade da qual fazemos parte é constituída por sentidos, as bases de suas instituições são tais sentidos, ela é criada a partir do que vale/significa algo.

Sendo assim, “tudo que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Não que se esgote nele.” (CASTORIADIS, 1982, p.142). O simbólico é imprescindível à existência das instituições, embora elas não se reduzam a ele, ao mesmo tempo em que o simbólico nos remete ao simbolismo e ao símbolo que, por sua vez, possuem o componente imaginário que nesse entrelaçamento reúnem a sociedade.

Podemos dizer que as instituições possuem funções vitais, como pensam os funcionalistas, porém partindo do entendimento de Castoriadis (1982) elas não se resumem a elas e não podem ser

2 Ao referirmo-nos a esta publicação estamos nos remetendo à entrevista oral concedida ao programa Grandes Pensadores del Siglo XX, disponibilizada no youtube em 2012, sendo transcrita aqui nossa tradução de sua fala em espanhol.

compreendidas a partir delas, mas sim se constituem e só podem existir no simbólico.

Castoriadis (1982, p.142) exemplifica tal colocação da seguinte forma:

Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados. eles consistem em ligar a símbolos (a significantes) significados (representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, consequências, - significações no sentido amplo do termo) e fazê-los valer como tais, ou seja a tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado.

É com esse entendimento que buscamos através desta pesquisa perceber as significações de inclusão presentes um Instituto Federal de Educação em um país que possui uma instituição de direito relativo a essa temática, a qual fixa regras a serem seguidas, mas, além disso, promove a consolidação das significações que a fundamentam. A partir desses pressupostos, entendemos a inclusão como uma instituição social imaginária, instituída por uma trama de valores, normas, modos de fazer que definem as relações sociais, “não porque tenham uma vestimenta jurídica (elas podem muito bem não tê-las em certos casos), mas porque foram estabelecidas como maneiras de fazer universais, simbolizadas ou sancionadas” (CASTORIADIS, 1982, p.151), e buscamos nas narrativas orais dos colaboradores indicadores de suas significações.

Como já dissemos anteriormente, as instituições possuem sua existência no simbólico e “todo o simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes.” (Ibidem, p.147). Nesse sentido, percebemos em algumas falas reflexos de um tempo históricos anterior à inclusão, onde estar junto era o bastante para as pessoas com deficiências e ou consideradas pertencentes a minorias, o termo utilizado à época era integração.

TAE 4 - São as ações que a gente realiza no intuito de fazer com que a pessoa que de certo modo está marginalizada num processo de socialização e a gente tenta trazer pra dentro da sociedade fazendo ações que deem condições da pessoa no futuro poder caminhar com as próprias pernas, no meu entendimento é isso.

DOC 5 - Ter grupos na sociedade que não estavam participando, não estavam tendo oportunidade de participar da estrutura pública que a escola faz parte e que agora tão tendo. E daí a gente tem os casos específicos, deficientes de todos os tipos, dos grupos étnicos indígenas negros

TAE 7 - Inclusão seria colocar as pessoas num determinado lugar dentro do nível institucional.

DOC 6 - Inclusão é incluir as pessoas que apresentam determinada necessidade especial ao meio de convívio das demais pessoas que não apresentam nenhuma necessidade.

TAE 6 - Acho que seria ela no meio de um grupo junto com outras pessoas, um grupo de pessoas reunidos de diferentes formações diferentes necessidades acho que seria isso é o que me vem na mente de inclusão.

Nessas narrativas, percebemos que a representação de inclusão que os colaboradores possuem é a de que estar juntos em um mesmo espaço bastaria, que inclusão se resume a isso. Ocupar um espaço comum, neste caso um espaço escolar - logo um espaço de ensino e aprendizagem - não significa estar usufruindo o que este espaço se compromete a oferecer, ou seja, aprendizagem. É preciso mais do que estar junto para ter efetivado seu direito de equidade de oportunidades de acesso, permanência e êxito, bem como seu direito a respeito e dignidade em suas especificidades. Aqui poderíamos dizer que apesar da Educação Especial evoluir e perceber necessidade de mudanças,

as instituições às vezes precisam se ressignificar para acompanhar esse ritmo.

Neste mesmo sentido, alguns colaboradores referem-se ao “círculo” como símbolo/imagem da inclusão:

DOC 5 - [...]Eu acho que um círculo onde todos possam estar em condições semelhantes de atuação, é o que me vem na cabeça.

TAE 7 - [...]Acho que seria uma bola com tudo mundo dentro, justamente porque a bola seria universal, um objeto universal com todas as pessoas dentro, vamos dizer que a bola constitui o nível universal e as pessoas a diferenciação entre as classes e os tipos de pessoas.

A partir de nosso olhar para esses fragmentos entendemos que o “círculo” traga a ideia de que *somos todos iguais*, definindo linhas imaginárias da fronteira/limite da inclusão, que emergem e desaparecem em relação à historicidade (o que hoje está excluído, amanhã poderá estar inserido - continuando excluído - IN/EXCLUSÃO), porém controlado pelo círculo da segurança e imagem social. Nesse ponto de vista, Skliar (1999, p.4-5) demarca que “negar uma abordagem social, político, histórico e cultural neste território, constitui o primeiro nível de discriminação, o mais sutil, sobre o qual depois se tramam as demais exclusões de cidadania, linguística, comunitária, etc.”

Da mesma forma, outra questão que surgiu nas narrativas e vem ao encontro desta mesma significação, a nosso ver, refere-se às questões de *normalidade e anormalidade*:

DOC 4 - Eu desenharia uma pessoa normal, porque eu vejo qualquer pessoa com necessidade especial como uma pessoa normal.

TAE 7 - Ele se junto com um companheiro, depois de 20 anos que ele sempre foi na dele e era um guri normal, daí agora aos 22 anos ele resolveu assumir o lado dele e está vivendo com o companheiro dele.

Entendemos que nestas falas encontramos duas questões interessantes: a primeira nos remete ao que dissemos anteriormente sobre a inclusão, enquanto instituição imaginária social instituída de tal forma - legal e culturalmente - faz circular significações compartilhadas de igualdade e normalidade; a segunda nos leva a perceber que a homossexualidade é vista como um desvio da norma. Sobre este aspecto buscamos embasamento em Skliar (1999, p.6) “a deficiência [e as questões de gênero] não é uma questão biológica e sim uma retórica social, histórica e cultural. [...] A deficiência está relacionada com a própria ideia de normalidade e com sua historicidade”, ou seja, o significado socialmente instituído de *anormalidade* é uma construção simbólica - imaginária - a partir do significado de *normalidade* instituído.

Na perspectiva de outro colaborador pensar e realizar a inclusão é

DOC 1- Criar oportunidade para grupos que estão excluídos do sistema tradicional da educação - pensando na inclusão na educação - por exemplo, a grupos que não tem as mesmas oportunidades que a vida oferece para pessoas que estão em um grupo privilegiado, acho que inclusão entra em todos os aspectos tanto em pessoas que não puderam frequentar a escola na idade certa, pessoas que têm algum tipo de necessidade especial, grupos das minorias também que estão excluídos do sistema tradicional do sistema formal.

DOC 1 - Muitas, acho que todos os dias a gente têm situações que tu vê pessoas em dificuldades mesmo estudantes que não tem a mesma acolhida em sala de aula, ou porque são muito inteligentes ou porque tem alguma dificuldade de aprendizagem, ou porque tem alguma necessidade especial. Acho que a gente vive com a questão de inclusão cotidianamente nem se dá por conta sempre quando vejo uma situação que

eu não me sinto confortável diante dela eu procuro ter uma medida para acolher criar uma oportunidade diferente para essa pessoa diante do grupo.

Este colaborador reconhece um conceito amplo de inclusão, que se aproxima das políticas públicas que dizem respeito a esta modalidade, ou seja, alguns dos interlocutores já se familiarizam com uma nova perspectiva de inclusão, um imaginário instituinte começa a ganhar forma, talvez um novo instituído se materialize, esperamos que mais incluyente, que mais humanizador. Nesse sentido, fica a sinalização quanto ao nosso trabalho para materializar novas realidades possíveis.

3 Condições Institucionais

Nesta categoria de análise, consideramos o que os colaboradores expuseram com relação ao espaço em que trabalham e o que percebem nele enquanto fragilidades e potencialidade. Dessa forma, as subcategorias emergentes a partir do nosso olhar dedicado aos dados produzidos foram: formação; acessibilidade e questões de gênero e diversidade sexual. Devido a riqueza de dados e significados a serem abordados com relação às questões de gênero e diversidade sexual, propomos a neste escrito apontarmos sua emergência no lócus investigado e indicarmos a construção de outro artigo especificamente dedicado ao tema.

Com relação à formação, encontramos narrativas que consideram o campus frágil neste sentido no que tange à inclusão, conforme o demonstra o excerto a seguir:

DOC5- Institucionalmente não, nunca foi por meio da instituição, mas pessoalmente bastante, eu procuro me inteirar sobre o tema.

Outro colaborador salienta que

TAE 1- A gente tem recebido. Eu gostei de umas palestras sobre consciência negra e outras, agora não me lembro de todas, participei de várias palestras falando da inclusão.

A partir de tais excertos, percebemos que o *campus* de alguma forma proporciona momentos de formação, porém tais momentos não estão sendo acessados por todos. Torná-los visíveis é um primeiro passo para buscar entender as razões que levam a isto e propor ações mais efetivas que busquem dar conta de responder aos questionamentos: Há fragilidades na divulgação das formações promovidas pelo *campus*? De onde partem as demandas para tal formação? Qual o significado de formação para os envolvidos? Acreditamos que refletir sobre essas questões poderão contribuir na proposição de espaços, lugares e fazeres formativos. Mais uma vez nos remetemos a Castoriadis (2012) quando ele diz que “os esforços desprendidos para a construção das instituições sociais são embasados ao que dá sentido à vida destas sociedades”, sendo assim, não vemos como possível que a formação aconteça sem que faça sentido aos envolvidos nela, e para que isto aconteça, a participação em tal formação começa no pensá-la, planejá-la, desejá-la, lembrando que somos homens e mulheres movidos pela psique, a qual mobiliza pulsões, conforme trazido anteriormente.

A temática da acessibilidade ora apresenta-se como uma fragilidade ora como uma potencialidade, pois varia de acordo com o lugar de onde o indivíduo olha, o que ele olha e quais as significações que constituem seu olhar. Porém, consideramos pertinente situarmos o leitor qual o significado sancionado legalmente sobre acessibilidade no decreto 5296/2004 (BRASIL, 2004)

Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se: I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; II - barreiras:

qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, [...];

III - elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, saneamento, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

IV - mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, telefones e cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

V - ajuda técnica: os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida;

VI - edificações de uso público: aquelas administradas por entidades da administração pública, direta e indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos e destinadas ao público em geral;

VII - edificações de uso coletivo: aquelas destinadas às atividades de natureza comercial, hoteleira, cultural, esportiva, financeira, turística, recreativa, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços de atividades da mesma natureza;

VIII - edificações de uso privado: aquelas destinadas à habitação, que podem ser classificadas como unifamiliar ou multifamiliar; e

IX - desenho universal: concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

O artigo destacado apresenta a acessibilidade como sendo algo muito além das questões arquitetônicas e urbanísticas, porém na grande maioria das falas dos colaboradores o que encontramos são referências neste sentido. Noutra narrativa, nossos colaboradores nos revelam também:

DOC 2 - Acredito que aqui nos prédios é tranquilo, o problema eu acho que é se a gente tiver que levar esses alunos para os laboratórios vivos, aí que complicaria esse deslocamento, por causa dos buracos, calçamento até a forma que foram adaptadas essas rampas que vai dificultar bastante. Sem falar aí se pega um aluno com deficiência visual.

Nesta fala, percebemos que a preocupação refere-se à acessibilidade arquitetônica, de edificações somente e que neste sentido parece ter alguns ajustes a serem feitos externamente para que todos possam usufruir o direito de ir e vir com segurança. Outros colaboradores dizem o seguinte:

TAE 1 - a gente está se adaptando a essas partes de acessibilidade que a gente faz: parte desde piso direcional, rampa, mesmo que a nossa escola seja antiga. Quando ela foi feita não se pensou nessa acessibilidade, mas a gente está sempre se adequando. A própria direção e professores assim cobram da gente: tem que melhorar aqui, muda ali por causa dos cadeirantes, até tem um projeto que está nos bombeiros pra ser aprovado para gente terminar a parte da acessibilidade porque ainda tem pontos difíceis, mas a gente está tentando. Vai fazendo, melhorando. Às vezes a gente não vê, mas daí vem o professor ou a própria direção e nos cobra e a gente tenta adaptar.

TAE 6 - Acho que a questão de acessibilidade tá ficando bom aqui teve muitas modificações, os prédios novos quando eles são feitos eles são pensados nessa questão de

acessibilidade os prédios antigos que estão ai estão sendo adaptados mas eu acho que tem sim uma preocupação de constante de isso continuar acontecendo fazer com que toda a infraestrutura da escola seja adaptada seja acessível.

TAE 7 - Aqui o Campus é qualificado e é referência no ponto de acessibilidade em todos os campi do IF.

Percebemos, assim, que, embora o *campus* apresente fragilidades quanto às questões de acessibilidade arquitetônica, trazidas anteriormente, vem buscando saná-las, propondo projetos, ações, reformas, mas o que percebemos como principal na fala do colaborador é o olhar atento das pessoas. Diferentes pessoas, ocupando diferentes funções estão olhando para a questão da acessibilidade, isto vem proporcionando alterações.

Porém, conforme colocamos anteriormente, a acessibilidade não se restringe a questões arquitetônicas, embora essa seja sua forma mais visível, mais presente no dia a dia das pessoas sem deficiência que não convivem diretamente com pessoas com deficiência, portanto é a imagem/referência de acessibilidade que aparece quando perguntado pelo tema e não se experienciou ele. Em contrapartida, quando se tem alguma vivência sobre o assunto, outras referências aparecem, como no caso demonstrado abaixo:

TAE 4 - *Pelo que a gente tem experiência, do que a gente já sabe - a gente teve alguns alunos com deficiência visual - a gente tem o piso tátil, tem software para leitor de tela, impressora de braille, e outras coisas que eu sei mais ligado a minha área.*

Como seres sócio-histórico-culturais que somos construímos nossos saberes a partir do que Castoriadis (2006) chama de “perturbações do ambiente” - o que está disponível para todos o tempo todo - mas que são transformadas em informações para o indivíduo a partir do que lhe faz sentido ou do sentido que ele lhe atribui.

4 Considerações finais

Tivemos por objetivo neste escrito trazer aos leitores nosso olhar sobre as percepções de inclusão dos servidores de um Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Sul, resultado da análise dos dados produzidos a partir das entrevistas realizadas em um dos campi da referida instituição de ensino. Utilizamos como embasamento teórico principal para refletirmos os dados, os estudo de Cornelius Castoriadis (1982, 2006, 2012) e como forma de análise optamos por realizar Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016).

Demarcamos, mais uma vez, que imprimimos o nosso olhar aos dados produzidos por nossos colaboradores em função das nossas significações, embasados pelos nossos sentidos, que por sua vez são oriundos das tramas histórico-sociais e culturais que nos constituem. Portanto, podemos dizer que estas são as análises possíveis hoje, por se tratarem de resultados de significações imaginárias sociais que são fluidas, mutáveis, temporais e instituídas. Além disso, “uma nova sociedade só pode nascer se, ao mesmo tempo e no mesmo movimento, novas significações aparecem - [...] novos valores, novas normas, novos modos de dar sentido às coisas, às relações entre seres humanos, a nossa vida em geral” (CASTORIADIS, 2006, p.86), e é nesse intuito que produzimos essas páginas.

Estamos cientes que não esgotamos todas as possibilidades de discutirmos os dados produzidos em nossa pesquisa, porém, buscamos com este artigo problematizar uma realidade específica, porém provavelmente não única ou isolada, tendo em vista que cada homem é, como diz Castoriadis (2006, p.67), “uma parte total da sociedade” e como tal reflete as significações imaginárias da sociedade na qual está inserido. Dessa forma, desejamos que este possa se tornar um texto que instigue a reflexão e com ela possibilite a mudança.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Decreto n. 5296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000 e n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 05 jan. 2017.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
_____. **Uma Sociedade à deriva**: entrevistas e debates - 1974-1997. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

_____. Entrevista ao programa Grandes Pensadores del siglo XX, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dbqXij8b2Rs&t=2194s>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MINAYO, M. C. de S. et. al. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SKLIAR, C. A invenção e a exclusão da alteridade deficiente a partir dos significados da normalidade. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 24 n.1, jul/dez, 1999.